

Aula Extra III: Destaques das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs)



Pessoal, queria ter disponibilizado antes esse material, mas como diz o ditado “antes tarde do que nunca”, não é mesmo?

Alguns alunos preocupados com o item do edital “Normas Brasileiras de Contabilidade” me enviaram e-mail solicitando maiores orientações sobre esse ponto e qual a expectativa em relação à prova para **Oficial de Chancelaria** a ser realizada no próximo dia 31/01 pela FGV.

Nesse item do edital pode ser exigido praticamente qualquer ponto da disciplina... é isso mesmo: QUALQUER ponto. Mas, como o edital fala em “Noções”, seria **incoerente a banca exigir detalhes específicos das normas**, não é mesmo?

Nós estudamos diversos pontos das Normas durante todo o nosso curso... isso é fato e me deixa mais tranquilo quanto a esse ponto do edital. Para que nós pudéssemos ver tudo, teríamos que ter umas 20

aulas (sem exagerar...), aí você pode perceber que o custo-benefício não compensa. Sendo assim, com o que vimos podemos realizar uma boa prova, pois diversos pontos estão contemplados no nosso curso, desde que a banca seja coerente com o termo "noções"... e é justamente esse o risco que corremos. Mas, infelizmente (ou felizmente) todos vão correr esse risco... ninguém vai estudar todas as normas e se fizer isso estará atrás de todos, pois o risco é maior ainda...

Nessa aula extra vamos abordar alguns destaques bastante exigidos por todas as bancas e que podem ser exigidos pela FGV.

Vamos ao que interessa!

Tenha uma ótima jornada de estudos!

Gilmar Possati

prof.possati@gmail.com



Curta a nossa página e fique ligado(a) em todas as nossas atividades.
www.facebook.com.br/profgilmarpossati



Inscreva-se no nosso canal no YouTube: **Contabilizando** e fique antenado(a) com muitas dicas, análises, questões comentadas, promoções e muito mais.



Siga-me no **Periscope**: **@possati** Em breve, novidades!

Acesse nossos cursos disponíveis **aqui**.

Ponto 1 → NBC TG 00 (Estrutura Conceitual)

Essa é a principal Norma que deve ser focada nesse concurso para Oficial de Chancelaria. Por isso nós separamos uma aula específica do nosso curso para tratar dela. Logo, não vamos entrar em detalhes.

Para revisar, você poderia também utilizar o artigo que disponibilizamos sobre o CPC 00 (que possui o mesmo teor da NBC TG 00).

Acesse o artigo [aqui](#).

O que esperar da FGV...

Utilizando nossa milagrosa bola de cristal, acreditamos ser interessante focar nessa reta final:



- **Conceitos dos elementos patrimoniais;**
- **Características qualitativas da informação;**
- **Bases de Mensuração.**

Exemplos de questões que podem ser exigidas:

-
- 1.** (FGV/Técnico/Contabilidade/AL-BA/2014) Em relação aos ativos de uma entidade, assinale a afirmativa correta.
- a) São representados por todos os bens e direitos da entidade.
 - b) A mensuração a valor de mercado é proibida.
 - c) A entidade deve ter a posse para reconhecê-los.
 - d) Os ativos representam a origem de recursos próprios da entidade.
 - e) A entidade deve ter a expectativa de que eles irão trazer benefícios futuros para ela
-

Segundo a Estrutura Conceitual, **Ativo** é um recurso controlado pela entidade como resulta de eventos passados e do qual se espera que fluam **futuros benefícios econômicos para a entidade.**

Vamos analisar os itens:

- a. **Errado.** Nos termos da Estrutura Conceitual, um ativo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a

entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade. Logo, **nem todos os bens e direitos serão considerados Ativos, mas somente aqueles que se enquadram nos critérios de reconhecimento** estabelecidos pela Estrutura Conceitual.

b. **Errado.** A Estrutura Conceitual permite o uso do valor de mercado.

c. **Errado.** A Estrutura Conceitual estabelece a Primazia da Essência sobre a Forma e deixa claro que **a propriedade não é essencial**. O que deve prevalecer é a essência, ou seja, se a entidade possui o controle e os riscos associados ao elemento patrimonial e esse elemento possui os requisitos para reconhecimento, deve ser reconhecido como ativo da entidade, mesmo sem ter a propriedade desse ativo. O exemplo clássico dessa situação são os bens adquiridos por meio de arrendamento mercantil financeiro.

d. **Errado.** O ativo representa a aplicação dos recursos da entidade. É o passivo que representa as origens de recursos.

e. **Certo.** A expectativa de geração de futuros benefícios econômicos é uma das características essenciais para que um elemento se enquadre como ativo, conforme definição acima descrita.

Gabarito: E

2. (FGV/Analista/Contador/DPE-MT/2015) De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, assinale a opção que indica a característica qualitativa da informação contábil que foi retirada da condição de aspecto da representação fidedigna, por ser inconsistente com a neutralidade.

- a) Prudência
 - b) Compreensibilidade
 - c) Comparabilidade
 - d) Verificabilidade
 - e) Tempestividade
-

Segundo a Estrutura Conceitual,

A característica **prudência** (conservadorismo) foi também **retirada da condição de aspecto da representação fidedigna** por ser inconsistente com a neutralidade.

Pessoal, cabe destacar que o fato de a Estrutura Conceitual informar que a característica da Prudência foi retirada da condição de aspecto da representação fidedigna não inviabiliza o princípio da Prudência. Assim, na hora da prova, temos que estar atentos para o seguinte:

a) A questão se refere à Estrutura Conceitual → a característica da Prudência não deve ser considerada como aspecto da representação fidedigna, por ser inconsistente com a neutralidade.

b) A questão se refere aos Princípios de Contabilidade (Resolução CFC nº 750/93) → o Princípio da Prudência é perfeitamente válido.

Gabarito: A

3. (FGV/Auditor do Tesouro Municipal/Recife/2014) O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional. Ao longo do tempo, diferentes bases de mensuração podem ser utilizadas, entre elas o Custo Corrente.

Em relação ao Custo Corrente, assinale a afirmativa correta.

a) Reconhece os ativos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais teriam de ser pagos se esses ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data ou no período das demonstrações contábeis.

b) Reconhece os ativos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais poderiam ser obtidos pela venda em uma forma ordenada.

c) Reconhece os ativos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de entrada líquida de caixa que se espera ser gerado pelo item no curso normal das operações da entidade.

d) Reconhece o ativo pelo valor pelo qual ele pode ser trocado entre partes conhecedoras, dispostas a isso, em uma transação sem favorecimentos.

e) Reconhece os ativos pelos valores pagos, a serem pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos que são entregues para adquiri-los na data da aquisição.

Pessoal, esse é o típico exemplo de questão que devemos resolver por meio das palavras-chaves. Veja que esse assunto pode ser explorado tanto em Princípios de Contabilidade como na Estrutura Conceitual. Sempre que isso ocorre, a probabilidade de ser exigido em prova é enorme, pois o examinador consegue “bater” dois pontos do edital como uma questão só...



Base	Ativo	Passivo
Custo Histórico	montantes pagos; <u>data da aquisição</u>	montantes recebidos; montantes <u>serão</u> necessários p/ liquidar
Custo Corrente	montantes <u>teriam</u> de ser pagos; data do <u>balanço</u>	montantes <u>seriam</u> necessários
Valor Realizável	venda em forma ordenada	montantes de <u>liquidação</u>
Valor Presente	descontado	Descontado
Valor Justo	pode ser trocado em <u>transação sem favorecimentos</u>	Pode ser liquidado em <u>transação sem favorecimentos</u>

Veja que a questão exige conhecimentos do custo corrente. Logo, devemos identificar a opção que fala em “teriam” e “seriam”... essas são as palavras-chaves dessa base de mensuração.

Pessoal, isso é que eu denomino de “inteligência resolutiva”. Trata-se de usar a inteligência na hora de resolver questões extremamente teóricas.

Vamos identificar em cada opção a qual base de mensuração que ela está se referindo.

a. **Certo**. Reconhece os ativos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais **teriam** de ser pagos se esses ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data ou no período das demonstrações contábeis. **CUSTO CORRENTE**

b. **Errado**. Reconhece os ativos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais poderiam ser obtidos pela **venda em uma forma ordenada**. **VALOR REALIZÁVEL**

c. **Errado**. Reconhece os ativos pelo valor presente, **descontado** do fluxo futuro de entrada líquida de caixa que se espera ser gerado pelo item no curso normal das operações da entidade. **VALOR PRESENTE**

d. **Errado**. Reconhece o ativo pelo valor pelo qual ele pode ser trocado entre partes conhecedoras, dispostas a isso, em uma **transação sem favorecimentos**. **VALOR JUSTO**

e. **Errado**. Reconhece os ativos pelos valores pagos, a serem pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos que são entregues para adquiri-los na **data da aquisição**. **CUSTO HISTÓRICO**

Gabarito: A

Ponto 2 → NBC TG 01 (Redução ao Valor Recuperável de Ativos)

Não vou tratar especificamente desse ponto aqui, pois também você pode acessar o básico sobre o assunto no artigo disponibilizado no blog.

Acesse o artigo [aqui](#).

Ponto 3 → NBC TG 04 (Ativo Intangível)

Pessoal, nesse ponto é importante saber a parte que trata sobre os custos de aquisição. Objetivamente, é o seguinte:

Custos de Aquisição (Intangível)**Preço de Compra**

(+) impostos de importação e impostos não recuperáveis

(+) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo para a finalidade proposta

(-) Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes

A própria Norma nos informa alguns exemplos do que entra como custo e o que não faz parte do custo do ativo intangível. O quadro abaixo descreve esses exemplos:

Custos diretamente atribuíveis (exemplos)

Custos de benefícios aos incorridos diretamente para que o ativo fique em condições operacionais (de uso ou funcionamento);

Honorários profissionais diretamente relacionados para que o ativo fique em condições operacionais

Custos com testes para verificar se o ativo está funcionando adequadamente.

Não fazem parte do custo de ativo intangível

Custos incorridos na introdução de novo produto ou serviço (incluindo propaganda e atividades promocionais)

Custos da transferência das atividades para novo local ou para nova categoria de clientes (incluindo custos de treinamento)

Custos administrativos e outros custos indiretos

Cabe destacar, ainda, os seguintes pontos:

O **reconhecimento dos custos** no valor contábil de ativo intangível **cessa** quando esse **ativo está nas condições operacionais pretendidas pela administração.**

Nenhum ativo intangível resultante de pesquisa deve ser reconhecido. Os gastos com pesquisa devem ser reconhecidos como **despesa** quando incorridos.

O **custo de ativo intangível** gerado internamente que se qualifica para o reconhecimento contábil (...) **se restringe à soma dos gastos incorridos a partir da data em que o ativo intangível atende aos critérios de reconhecimento (...)**

Vamos ver como a FGV já exigiu isso?

4. (FGV/Técnico Judiciário/TJ-GO/2014) A Empresa Narizentupido tenta desenvolver remédios para combater gripes e resfriados. Na intenção de ganhar participação no mercado, a empresa está sempre em busca de novidades. Na fase de pesquisa de um remédio, utilizando escamas de sardinha, foram investidos \$50.000,00. Após a pesquisa indicar que é viável a produção e comercialização desse remédio, foram gastos \$120.000,00. Além desses valores, foram ainda desembolsados \$15.000,00 para treinar todos os consultores de venda, de modo a recuperar o mais rápido possível os recursos já investidos em pesquisa e desenvolvimento.

Considerando que a empresa Narizentupido possui ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo, a operação acima deve ser evidenciada nas suas demonstrações contábeis da seguinte forma:

- a) \$120.000,00 como ativo intangível e \$65.000,00 como despesa no exercício, sendo que nas notas explicativas a empresa deve divulgar o investimento de \$50.000,00 em pesquisa;
- b) \$135.000,00 como ativo intangível e \$50.000,00 como despesa no exercício, e sem nenhuma obrigatoriedade específica de divulgar em nota explicativa;
- c) \$170.000,00 como ativo intangível e \$15.000,00 como despesa no exercício e sem nenhuma obrigatoriedade específica de divulgar em nota explicativa;

- d) \$185.000,00 como ativo intangível e sem nenhuma obrigatoriedade específica de divulgar em nota explicativa;
- e) \$185.000,00 como despesa no exercício e, somente quando for possível identificar que o investimento gerará retorno, é que o valor pode ser transferido para o ativo. Nas notas explicativas a empresa deverá divulgar o valor de \$185.000,00 como gasto em pesquisa e desenvolvimento.
-

Trata-se de aplicação do disposto no CPC 04 – Ativo Intangível, senão vejamos:

Referido Pronunciamento estabelece que **os gastos com pesquisa devem ser reconhecidos como despesa quando incorridos**, pois nessa etapa a entidade ainda não está apta a demonstrar a existência de ativo intangível que gerará prováveis benefícios econômicos futuros, fator essencial para o reconhecimento de um ativo.

Logo, o valor de \$ 50.000,00 gasto com pesquisa deverá ser reconhecido como despesa do exercício. Ademais, os gastos com treinamento também devem ser reconhecidos como despesa do exercício. Assim, temos um reconhecimento de \$ 65.000,00 como despesa. Com isso já poderíamos “matar” a questão, pois somente a alternativa “a” apresenta esse valor.

No entanto, vejamos o porquê dos demais valores evidenciados na alternativa “a”.

Na fase de desenvolvimento, um ativo intangível deve ser reconhecido se a entidade puder demonstrar, dentro outros requisitos, a viabilidade técnica de produção e capacidade de usar ou vender o ativo. Logo, o valor de \$ 120.000,00 gastos após a pesquisa indicar que é viável a produção e comercialização do remédio deverá ser ativado (ativo intangível).

Por fim, o CPC 04 estabelece que a entidade deve divulgar nas notas explicativas o valor investido em pesquisa.

Gabarito: A

Ponto 4 → NBC TG 16 (Estoques)**Pontos que considero importantes:**

Segundo o CPC 16, os estoques devem ser mensurados pelo **valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor**.

Custo do Estoque → O valor de custo do estoque deve incluir **todos os custos de aquisição e de transformação**, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais.

Aqui, pessoal, é a mesma ideia do que vimos no CPC 04.

Custos de Aquisição (Estoques)
Preço de Compra
(+) impostos de importação e outros tributos (<u>exceto os recuperáveis</u> junto ao fisco)
(+) custos de transporte, seguro, manuseio
(+) outros custos diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços
(-) Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes
Custos de Transformação
Custos diretamente relacionados com as unidades produzidas
(+) alocação sistemática de custos indiretos de produção, fixos e variáveis, que sejam incorridos para transformar os materiais em produtos acabado

A própria Norma nos informa alguns exemplos do que entra como custo e o que não faz parte do custo dos Estoques. O quadro abaixo descreve esses exemplos:

Itens não incluídos no custo dos estoques (reconhecidos como despesa)**Valor anormal de desperdício**

Gastos com armazenamento, a menos que sejam necessários ao processo produtivo

Despesas administrativas que não contribuem para trazer o estoque ao seu local e condição atuais

Despesas de comercialização, incluindo a venda e a entrega dos bens e serviços aos clientes.

Outras formas para mensuração do custo → Outras formas para mensuração do custo de estoque, tais como o **custo-padrão** ou o **método de varejo**, podem ser usadas por conveniência se os resultados se aproximarem do custo.

O custo dos estoques de prestador de serviços não inclui as margens de lucro nem os gastos gerais não atribuíveis que são frequentemente incluídos nos preços cobrados pelos prestadores de serviços.

Ponto 5 → NBC TG 27 (Ativo Imobilizado)

Pessoal, mais uma vez destacamos os custos de aquisição.

Objetivamente, é o seguinte:

Custos de Aquisição (Imobilizado)

Preço de Compra

(+) impostos de importação e impostos não recuperáveis

(+) qualquer custo diretamente atribuível para colocar o ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar

(+) estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local (sítio) no qual este está localizado.

A própria Norma nos informa alguns exemplos do que entra como custo e o que não faz parte do custo do ativo imobilizado. O quadro abaixo descreve esses exemplos:

Custos diretamente atribuíveis (exemplos)

Custos de benefícios aos empregados decorrentes diretamente da construção ou aquisição de item do ativo imobilizado

Custos de preparação do local

Custos de frete e de manuseio (para recebimento e instalação);

Custos de instalação e montagem;

Custos com testes para verificar se o ativo está funcionando corretamente

Honorários profissionais.

Não fazem parte do custo de ativo imobilizado

Custos de abertura de nova instalação; custos administrativos e outros custos indiretos.

Custos incorridos na introdução de novo produto ou serviço (incluindo propaganda e atividades promocionais)

Custos da transferência das atividades para novo local ou para nova categoria de clientes (incluindo custos de treinamento);

Veja que as três Normas (NBC TG 04, NBC TG 16 e NBC TG 27) possuem a mesma ideia...

Aqui também acho interessante saber os conceitos de depreciação, amortização e exaustão.

A **DEPRECIÇÃO** é a redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.



Bens Físicos
(Corpóreos)

Bens ou direitos Incorpóreos



A **AMORTIZAÇÃO** é a redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado.

A **EXAUSTÃO** é a redução do valor de investimentos necessários à exploração de recursos minerais, florestais e outros recursos naturais esgotáveis ou de exaurimento determinado, bem como do valor de ativos corpóreos utilizados no processo de exploração.



Recursos Minerais

É um “plus” seria saber contabilizar a Depreciação pelo **Método Linear** (cotas constantes/linha reta). Vamos ver objetivamente como efetuar esse cálculo:

Alguns conceitos importantes “para início de conversa”:

Valor Depreciável → *é o custo de um ativo ou outro valor que substitua o custo, menos o seu valor residual.*

Valor residual de um ativo → *é o valor estimado que a entidade obterá com a venda do ativo, após deduzir as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade e a condição esperadas para o fim de sua vida útil.*

Vida Útil → *É:*

- (a) o período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar o ativo; ou
- (b) o número de unidades de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter pela utilização do ativo.

Taxa de depreciação → *corresponde a um percentual fixado em função do tempo de vida útil do bem.*

Assim, o valor da depreciação resulta da aplicação da taxa sobre o valor depreciável.

Método Linear → *consiste na aplicação de taxas constantes durante o tempo de vida útil estimado para o ativo. É o método mais comum. Também denominado de método das quotas constantes.*

Assim, por exemplo, se o tempo de vida útil de um determinado ativo tenha sido estimado em 10 anos, a taxa anual de depreciação será de 10%.

$100\% / \text{tempo de vida útil} = \text{Taxa de Depreciação}$
--

No nosso exemplo, teríamos: $100\% / 10 \text{ anos} = 10\% \text{ a.a.}$

Vamos a um exemplo:

Dados:

Valor Contábil = 1.300,00

Valor residual = 300,00

Vida útil: 5 anos

Efetuando os cálculos, chegamos no seguinte cenário:

Cotas constantes	
Valor Bruto Contábil	1.300,00
Valor Residual	300,00
Valor Depreciável	1.000,00

Vida útil de 5 anos
20% ao ano
200,00 por ano

ANO	Depreciação do ano	Depreciação acumulada	Valor Líquido Contábil
1	200,00	200,00	1.100,00
2	200,00	400,00	900,00
3	200,00	600,00	700,00
4	200,00	800,00	500,00
5	200,00	1.000,00	300,00

O que a banca pode exigir?

Exemplos:

- Qual o valor contábil ao final do 3º ano? 700,00
- Qual a depreciação acumulada ao final do 4º ano? 800,00
- Qual a depreciação acumulada em junho de X3, considerando que a depreciação iniciou em Janeiro de X1? Como são dois anos e meio a depreciação acumulada será de 500,00.

Dica: se a banca exigir um mês específico, que não seja fácil visualizar o cálculo (setembro de X3, por exemplo) transforme a depreciação anual em depreciação mensal. Assim, temos:

Depreciação mensal = depreciação anual/12

Depreciação mensal = $200/12 = 16,67$ (valor aproximado)

Janeiro de X1 a Setembro de X3 = 33 meses

33 meses x 16,67 = **550**

Por fim, para finalizar a NBC TG 27, creio também ser interessante saber os aspectos temporais da depreciação/amortização e exaustão. O esquema a seguir resume a ideia:

APURAÇÃO E REGISTRO	<ul style="list-style-type: none">• MENSALMENTE
REVISÃO DA VIDA ÚTIL E DO VALOR RESIDUAL	<ul style="list-style-type: none">• AO FINAL DE CADA EXERCÍCIO
ÍNICIO	<ul style="list-style-type: none">• ESTIVER EM CONDIÇÕES DE USO
** FIM	<ul style="list-style-type: none">• RETIRADA PERMANENTE DE OPERAÇÃO• VALOR LÍQUIDO CONTÁBIL = AO VALOR RESIDUAL

**** A RETIRADA TEMPORÁRIA DE FUNCIONAMENTO NÃO FAZ CESSAR A DEPRECIAÇÃO**

Ao fim da depreciação o valor líquido contábil deve ser igual ao valor residual

Vamos ver como a FGV pode exigir esses assuntos estudados? Reitero que **acho incoerente a FGV entrar nesse nível de detalhe em uma prova de Noções...**

Mas, para ficarmos com a alma tranquila... não custa ao menos visualizar, não é mesmo? Se você não entender direito (o que é perfeitamente normal, pois muitos nunca estudaram Contabilidade), não vai se "atucanar" (ficar transtornado) com isso, ok?

Estou disponibilizando esse material extra tendo em vista que alguns alunos (mais atucanados ☺) solicitaram...

5. (FGV/Auditor Fiscal Tributário da Receita Municipal/Cuiabá/2014) Em 01/01/2011, uma entidade adquiriu móveis para seu escritório no valor de R\$ 50.000,00. Os móveis têm vida útil estimada em seis anos e, ao final do sexto ano, a entidade pretende doá-los. Na data, são estimados gastos de R\$ 2.000,00 (a valor presente) com a remoção.

O frete para a entrega dos móveis é de R\$ 500,00, e os custos de montagem, de R\$ 400,00. No entanto, no momento em que a entrega foi feita, o funcionário da loja arranhou a parede, e a entidade incorreu em gastos de R\$ 1.000,00 para pintá-la novamente. Como pedido de desculpas, o funcionário não cobrou pela montagem dos móveis.

O valor contábil dos móveis, em 31/12/2013, era de

- a) R\$ 25.250,00.
- b) R\$ 26.250,00.
- c) R\$ 26.950,00.
- d) R\$ 26.450,00.
- e) R\$ 23.750,00.

Conforme estudamos acima, o custo de um item do ativo imobilizado compreende:

Custos de Aquisição (Imobilizado)

Preço de Compra

(+) impostos de importação e impostos não recuperáveis

(+) qualquer custo diretamente atribuível para colocar o ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar

(+) estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local (sítio) no qual este está localizado.

Logo, de posse dos dados informados pela questão, temos:

Preço de Aquisição	50.000,00
(+) frete	500,00
(+) custo de remoção	2.000,00
(=) Custo de aquisição	52.500,00

Observação: o custo de montagem também entraria, mas a questão informa que “no momento em que a entrega foi feita, o funcionário

da loja arranhou a parede, e a entidade incorreu em gastos de R\$ 1.000,00 para pintá-la novamente. Como pedido de desculpas, **o funcionário não cobrou pela montagem dos móveis**". Logo, esse valor não entra como custo. Nesse caso, o gasto com a pintura (R\$ 1.000,00 será reconhecido como despesa).

Bem... agora que sabemos o custo do imobilizado, temos que calcular a depreciação, pois a questão quer saber o valor contábil dos móveis, em 31/12/2013. Efetuando os cálculos, temos:

Valor Contábil = 52.500,00

Valor residual = 0,00 (a empresa pretende doar os móveis)

Vida útil = 6 anos

Valor depreciável = Valor contábil – valor residual

Valor depreciável = 52.500,00 – 0,00 → 52.500,00

Logo, a depreciação anual será: 52.500,00/6 anos = 8.750,00

Ou poderíamos usar a taxa = 100%/6 anos = 16,67% (mas, nesse caso complica mais para calcular na hora da prova).

De posse do valor da depreciação acumulada, podemos efetuar o cálculo do valor contábil em 31/12/13.

Observe que os móveis foram adquiridos em 01/01/11. Assim, temos 3 anos de depreciação acumulada. Portanto:

Valor Contábil (31/12/13) = 52.500,00 – 26.250,00 (8.750 x 3 anos)

Valor Contábil (31/12/13) = **26.250,00**

Gabarito: B

Pessoal, não se assuste com o nível de dificuldade. É praticamente certo que a FGV não virá nesse nível na sua prova. Ok? Esse seria o pior cenário, mas que pode perfeitamente ser resolvido, não é mesmo? Para vocês terem uma ideia esse concurso para Auditor Fiscal Tributário da Receita Municipal de Cuiabá não completou nem as vagas, pois a FGV pegou muito pesado! Inserimos a questão apenas para ilustrar como a FGV já exigiu o assunto...

Agora vamos ver uma questão mais tranquila sobre os aspectos temporais da depreciação que estudamos acima:

6. (FGV/Técnico Superior/Ciências Contábeis/DPE-RJ/2014) A Companhia Lentidão S.A. adquiriu uma máquina para fabricação de meias para vender junto com os tênis que a empresa já vende. A máquina foi entregue na sede da empresa no dia 05/05/X1. No dia 12/05/X1 a máquina foi instalada e ficou pronta para ser utilizada. Como demorou para chegar a matéria- prima, a máquina só foi utilizada pela primeira vez em 20/05/X1. A produção na capacidade máxima só ocorreu a partir do dia 01/06/X1. As vendas ficaram acima do esperado. Então a administração da empresa, no dia 14/07/X1, decidiu terceirizar a produção e desativar a máquina. A produção do último lote de meias ocorreu no dia 30/07/X1, porém a máquina permaneceu instalada para atender pedidos adicionais até o dia 15/08/X1, quando a administração decidiu que o melhor negócio seria vender a máquina. A máquina permaneceu na empresa até o dia 20/11/X1, quando finalmente foi vendida e a propriedade foi repassada para outra empresa.

Considerando os fatos acima e que a empresa utiliza o critério de período de tempo para estimar a vida útil de seus imobilizados, a data inicial e a data final em que a empresa depreciou o ativo, respectivamente, são

- a) 05/05/X1 e 14/07/X1
 - b) 05/05/X1 e 30/07/X1
 - c) 12/05/X1 e 15/08/X1
 - d) 20/05/X1 e 20/11/X1
 - e) 01/06/X1 e 20/11/X1
-

Trata-se de aplicação da NBC TG 27 – Ativo Imobilizado.

Segundo a NBC TG 27, a depreciação do ativo se inicia quando este está disponível para uso, ou seja, quando está no local e em condição de funcionamento na forma pretendida pela administração.

Logo, a data inicial que a empresa depreciou o ativo é **12/05/X1**.

Além disso, segundo a NBC TG 27, a depreciação de um ativo deve cessar na data em que o ativo é classificado como mantido para venda ou, ainda, na data em que o ativo é baixado, o que ocorrer primeiro.

Logo, a data final que a empresa depreciou o ativo é **15/08/X1**.

Gabarito: C

Pessoal, existe mais uma infinidade de pontos das Normas que a banca pode exigir... mas, conforme comentei no início, creio que já estamos com um "plus" acima do que entendemos ser coerente a banca exigir como "Noções".

Com essas 5 Normas que destacamos, mais tudo o que vimos no curso, creio que estamos preparados para realizar uma boa prova de "Noções de Contabilidade".

Um forte abraço!

Gilmar Possati

prof.possati@gmail.com